

A biblioteca como espaço de leitura em ambientes socioeducativos¹

p. 65 - 78

Diego Paiva Bahls²

Marcos Gehrke³

Resumo

A pesquisa investiga o potencial da Biblioteca e da leitura em Centros de Socioeducação, partindo de uma abordagem qualitativa de cunho bibliográfico e documental. Buscamos trabalhos por meio da Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com demarcação temporal a produção de 2000 a 2015, com vistas a identificar pesquisas e evidenciar a problemática acerca do tema, bem como as possíveis lacunas encontradas. A produção bibliográfica limitada, não possibilitou análises amplas, mas oferece dados significativos para a sequência da pesquisa, a qual revela a necessidade de estudos específicos e aprofundados sobre essa temática, pois a biblioteca e a leitura possuem grande potencial na formação do sujeito em contexto prisional. Destacamos a necessidade de políticas e projetos destinados aos menores infratores, que visem o incentivo à leitura e a formação de um sujeito conscientizado, fator essencial para sua (re)socialização em sociedade.

Palavras-chave: Biblioteca; Centros de socioeducação; Práticas de leitura.

THE LIBRARY AS A READING SPACE IN SOCIO-EDUCATIONAL ENVIRONMENTS

Abstract

An investigative research of the Library and the reading in Centers of Socioeducation starting from a qualitative approach of bibliographical and documentary character. (BRAPCI), with time demarcation of production from 2000 to 2015, with the intention of identifying evidences and pointing to problems the subject, as well as possible empty spaces found in the works. The limited bibliographic production does not allow for an extensive bibliography, but offers significant information for a research sequence, a precise and thorough study on this thematic, for a library and a great reading potential in the formation of the subject in a prison context. We emphasize the need for policies and projects aimed at juvenile offenders, with the aim of encouraging the reading and the encouragement of a conscious person, the key factor for their integration and reintegration into society.

1 Uma versão deste trabalho foi apresentada em forma de comunicação oral no II Encontro de Comunicação e Educação Social do Paraná (Edusoparana) da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG no ano de 2016.

2 Bolsista do projeto de extensão Incubadora dos Direitos Sociais - PATRONATO/UNICENTRO.

3 Graduação em Pedagogia - Licenciatura Plena-Hab pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1996); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2010) e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná (2014). Atualmente é professor assistente nível A da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Tem experiência na área de Educação, com ênfase nos seguintes temas: formação de educadores, educação do campo, escola itinerante, escola do campo, biblioteca escolar, práticas de leitura e escrita.

Keywords: Library; social-education centers; reading practices.

Introdução

A pesquisa sobre a biblioteca e a leitura, em contexto socioeducativo, apresenta dados parciais referentes a dimensão da leitura, compreendendo o potencial da biblioteca em centros de socioeducação (COSTA, 2006; PARANÁ, 2010).

O trabalho objetiva investigar o potencial da Biblioteca em Centros de Socioeducação, identificar a produção bibliográfica sobre a questão, bem como analisar as práticas de leitura realizadas no âmbito socioeducativo. Enquanto tratamento metodológico, optamos pela pesquisa bibliográfica e análise documental, numa abordagem qualitativa, para conhecer a produção do tema em questão (BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K, 1994).

Durante a pesquisa, buscamos trabalhos na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), com demarcação temporal correspondente à produção de 2000 a 2015, tendo em vista identificar pesquisas e evidenciar a problemática acerca do tema, bem como as possíveis lacunas encontradas nos trabalhos. Utilizamos como critério de busca e seleção, descritores como Biblioteca, Práticas de Leitura, Leitura, Socioeducação, Sistema Carcerário e Prisional.

Do universo de trabalhos levantados selecionamos seis obras que se aproximam de nossa questão investigativa, a biblioteca e a leitura no sistema carcerário ou prisional. Realizamos a leitura dos resumos e na sequência a leitura das obras como forma de proceder à análise. As obras analisadas (artigos, monografias e dissertações) destacam temas como: a biblioteca e o cárcere,

implantação de bibliotecas, biblioteca e leitura, biblioterapia e biblioteca, a função terapêutica do livro e da leitura, práticas bibliotecárias, inclusão social e cidadania, políticas públicas de acesso à leitura.

O trabalho encontra-se estruturado em duas sessões que dialogam entre si. Inicialmente a evolução da legislação voltada à criança e ao adolescente, o marco histórico e legal para a formação da Socioeducação e, posteriormente, trazemos os dados da pesquisa bibliográfica para estabelecer elementos de análise e, por fim, as considerações finais.

1. Marco histórico e legal para a formação da socioeducação

De modo breve, apontamos elementos da evolução sobre a legislação destinada às crianças e adolescentes que foram pertinentes para a construção do que hoje denominamos de socioeducação. O Brasil vivenciou, nas últimas décadas, um conjunto de experiências no que diz respeito às políticas adotadas para a proteção das crianças e adolescentes, bem como as medidas direcionadas aos que praticam atos contra a legislação e as leis impostas pela sociedade civil.

Fazendo uma análise cronológica diante da evolução da legislação voltada à criança e ao adolescente, destacamos alguns momentos históricos que contribuíram para a formação de uma doutrina de proteção, direitos e deveres específicos a esse público (crianças e adolescentes). Inicialmente, em 1738, são criadas instituições denominadas de Santas Casas de Misericórdia com o intuito de assistencialismo às crianças rejeitadas e abandonadas. Adiante, em 1830 temos o código Criminal do Império, que “preocupou-se na possibilidade de assistencialismo e punição aos adolescentes em conflito com a lei, menores de quatorze anos e cometido a ação infracional

com discernimento, recolhendo-os as Casas de Correção” (HINTZE, 2007, p. 2). Para a mesma autora, no ano de 1927, é criado o Código destinado a menores, conhecido como Código de Mello Mattos, que modifica os conceitos de discernimento, culpabilidade e responsabilidade das crianças e adolescentes.

A partir da determinação do código penal de 1940, referente à idade de responsabilidade pelos atos cometidos, (18 anos), foi criado em 1941 o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), o qual tinha como responsabilidade principal a incumbência de “amparar, socialmente, os menores carentes abandonados e infratores, centralizando a execução de uma política de atendimento, de caráter corretivo-repressivo-assistencial em todo território nacional”. O surgimento do SAM foi criado justamente com o intuito de aplicar medidas aos infratores, tornando-se uma forma de administrar as instituições que atenderiam esse público, porém, não era de fato uma política de atendimento ao infrator (LIBERATI, 2002, p.60).

Mais tarde, no ano de 1964, o SAM acabou sendo substituído pela Fundação Nacional do Bem-Estar do menor (FUNABEM), sistema esse que negava os métodos anteriormente utilizados pelo SAM. Ainda sobre esse contexto e “em plena vigência das diretrizes implantada pela Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), foi promulgada em 10 de outubro de 1979 a Lei 6.697 – o Código de Menores⁴” (INTZE, 2007 apud LIBERATI, 2002, p. 8).

Grande avanço à proteção integral, direitos e deveres da criança e do adolescente ocorreu na década de 1990, a partir da lei 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); que, conforme Jesus (2006, p. 13):

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) institui a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, considerando criança a pessoa com até doze anos incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos fixando-lhes os direitos e os deveres e prevendo as medidas aplicáveis àqueles que afrontem os seus preceitos legais. O Estatuto substituiu o antigo Código de Menores [...]

A substituição do Código de Menores pelo Estatuto da Criança e do Adolescente representa grande progresso no que diz respeito às medidas aplicadas às crianças e aos adolescentes, pois esse novo documento visa o pleno desenvolvimento, o preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, além de garantir proteção à infância e juventude. Essas várias tentativas de estruturar a legislação infanto-juvenil do país resultaram em políticas públicas como o ECA, que serve de base para estruturar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), criado pela lei federal 12.594 de 18 de janeiro de 2012.

A socioeducação, com base nos estudos de Costa (2006), configura-se como medidas de dimensões pedagógicas educacionais que tendem ao desenvolvimento pessoal, propondo estratégias humanistas que visam a (re) socialização, integração com o meio, responsabilização do adolescente e, principalmente, a interrupção da trajetória infracional do sujeito. Tais medidas amparam adolescentes entre 12 a 18 anos⁵, que estão em desacordo com as leis sociais e civis construídas ao longo da história da humanidade expressas em leis.

Assim, de acordo com Costa (2006, p. 12), a finalidade da Socioeducação no Brasil é

[...] a preparação de adolescentes e jovens para

4 Em resumo: estariam em situação irregular e inserida no Código de Menores de 1979 as crianças e adolescentes, de até dezoito anos, que praticassem atos infracionais; as que estivessem sobre a condição de maus-tratos familiar ou em estado de abandono pela sociedade (HINTZE, 2007 apud LIBERATI, 2002, p. 8).

o convívio social, para atuar como pessoas, cidadãos e futuros profissionais, para que não reincidam na prática de atos infracionais (crimes e contravenções, se cometidos por adultos), garantindo, ao mesmo tempo, o respeito aos seus direitos fundamentais e à segurança dos demais cidadãos.

Após uma trajetória de discussões e análises, acerca dos menores infratores, foi aprovada, pelo Congresso Nacional, a Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012 que designou o Sinase; determinando regulamentações e execuções para as medidas socioeducativas aplicadas aos jovens autores de atos infracionais. De acordo com a Lei:

§ 1º Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2013).

As medidas socioeducativas tornam-se uma política pública articulada e com características previstas no Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (BRASIL, 2013). O sistema Socioeducativo propõe uma política que forneça aos adolescentes alternativas de transformação da sua realidade buscando, através da educação, possibilidades de desenvolver o caráter de autocontrole e convívio social, visando ainda uma autorreflexão sobre os atos anteriormente praticados e sobre sua trajetória de vida. Segundo Silva (2012), o trabalho educativo realizado no cotidiano das instituições de socioeducação vai delineando-se, cada vez mais, como uma política de educação para a vida em liberdade.

De acordo com o documento “Práticas de Socioeducação”, emitido no ano de 2010 pela

Secretaria de Estado da Criança e da Juventude (SEJE), o adolescente deve ser reconhecido como o protagonista do cenário de socioeducação, visto como ser de subjetividade, capaz de evoluir e ultrapassar as barreiras ideológicas que o aprisionam, como destaca: “enquanto ele for visto apenas como um problema ou o problema, será excluído da possibilidade de canalizar construtivamente suas energias como agente de transformação pessoal e social.” Ainda de acordo com o documento, destacamos que os adolescentes e jovens envolvidos em práticas ilegais, em grande escala, são reflexos de um cenário de crises, desumanização e injustiça social; fatos esses que contribuem para a elevação dos índices de envolvimento nos atos que violam a ordem penal. Nesse sentido, as medidas socioeducativas no Brasil devem conduzir o adolescente para des(construir) sua identidade, buscando compreender-se, aceitar-se e buscar um significado de vida em meio à sociedade, assumindo um papel relevante como cidadão (PARANÁ, 2010).

A pedagogia emancipadora e humanista apresenta contribuições para essa precária condição social (PARANÁ, 2010) e busca em pensadores as bases teóricas para fundamentar o trabalho no sistema Socioeducativo. Destacamos entre eles, os trabalhos de Makarenko e Freinet, evidenciados nos estudos de Quarengui (1992) e Touraine (1992); Freire (1987) e Costa (2000, 2001, 2004), os quais contribuem para a formulação de uma proposta pedagógica voltada aos adolescentes que estão em contexto de socioeducação, objetivando um trabalho de aposta no sujeito, nas práticas coletivas e na construção de uma relação entre educador e educando; portanto:

5 Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. - LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. – Estatuto da Criança e adolescente – 2010.

Deve-se compreender que educação social é educar para o coletivo, no coletivo, com o coletivo. É uma tarefa que pressupõe um projeto social compartilhado, em que vários atores e instituições concorrem para o desenvolvimento e fortalecimento da identidade pessoal, cultural e social de cada indivíduo (PARANÁ, 2010, p. 27).

Na sequência, montamos um quadro comparativo dos autores e das principais ideias que fundamentaram o documento “Práticas de Socioeducação”, publicado no ano de 2010 pela Secretaria de Estado da Criança e da Juventude:

QUADRO I: Síntese dos princípios da Socioeducação do documento “Práticas de Socioeducação”

PENSADORES	PRINCÍPIOS
<p>MAKARENKO (p.32 e 33)</p>	<p>Define a educação como um processo social de tomada de consciência de si próprio e do meio que nos cerca. Educar é socializar pelo trabalho coletivo em função da vida comunitária. Educando comprometido com os ideais de sua coletividade; Trabalho educativo compreende qualquer atividade que instrumentaliza o educando para a investigação do mundo; que dá a ele condições de superar a dicotomia entre trabalho manual x trabalho intelectual, entre o pensar e o fazer; que o estimula a desenvolver todas as suas potencialidades, para que possa atuar em todos os domínios da vida social; Apostar positivamente no educando; Ver o homem como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso consigo mesmo e com o coletivo; Valorizar o educador, sua autoridade, suas possibilidades reais e seu compromisso com a construção de “homens novos” para uma “nova sociedade”. Comprometido com o ensino voltado para as classes populares.</p>
<p>CELESTIN FREINET (p.34)</p>	<p>Movimento pedagógico caracterizado por sua dimensão social, pela defesa de uma escola centrada no indivíduo como parte de uma comunidade. A Educação deve acompanhar, no mesmo ritmo, o movimento da sociedade, as necessidades do meio e a linguagem do seu tempo; Experiência, a prática social. Permitir a ascensão máxima do indivíduo à eficiência social e à humanidade; A escola deve ser um lugar onde os educandos gostem de estar. Oferece um conjunto de atividades estruturadas que possibilitam ao educando “acontecer”, “ser mais”, “descobrir-se” como agentes de pronúncia e de transformação do mundo.</p>
<p>PAULO FREIRE</p>	<p>Refere-se a dois tipos de pedagogia: a pedagogia dos dominantes, na qual a educação existe como prática da dominação; e a pedagogia do oprimido, como prática da liberdade, que coloca o indivíduo na posição de sujeito da ação</p>

(p.34, 35 e 36)	<p>transformadora do mundo.</p> <p>Retoma e valoriza a luta dos oprimidos e seu compromisso pelas transformações estruturais capazes de promover a libertação política, a promoção econômica e a emancipação cultural das camadas sociais destituídas de bens e direitos fundamentais aos quais o povo tem direito;</p> <p>Exige dos trabalhadores sociais um compromisso radical com o nosso povo e, por extensão, com os nossos adolescentes enquanto seres humanos que podem apresentar um grande potencial de ressocialização;</p> <p>A percepção de que a educação como prática de liberdade é problematizadora e só pode acontecer no diálogo educador x educando, quando ambos se defrontam diante da opressão e da dominação vinda do opressor e buscam, em comunhão, o encontro para pronunciar e recriar o mundo, a sociedade;</p> <p>O método parte da prática social de educandos e educadores transformam-na para se chegar a uma nova prática social.</p> <p>Investigação Temática; Colaboração; Adesão; União; Síntese Cultural.</p>
<p>ANTÔNIO CARLOS GOMES DA COSTA (p.36, 37, 38 e 39)</p>	<p>Defende a pedagogia da presença, em que o vínculo é um processo motivado que tem direção e sentido, tratando-se de uma interação de significado profundo e facilitadora de todo o processo. Trata-se de um canal aberto para a aproximação, para o fornecimento de modelos e aprendizagem e para as transformações almejadas pelo processo socioeducativo.</p> <p>Vinculação entre educador e educando.</p> <p>A ação socioeducativa deverá organizar-se em torno de três práticas básicas: a docência, a vivência e, principalmente, a presença educativa.</p> <p>É pautada pela abertura, pela reciprocidade e pelo compromisso dialético entre educador e educando.</p>

Fonte: O autor (2015).

Com base no Governo do Estado do Paraná⁶, “A Secretaria de Estado da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos (SEJU), a partir do advento da Lei Estadual nº18374 de 2014, tornou-se responsável pela organização, promoção, desenvolvimento e coordenação do Sistema de Atendimento Socioeducativo [...]” com a mediação do Departamento de Atendimento Socioeducativo (DEASE). No Estado Paranaense, atualmente, existem dezenove centros de atendimento Socioeducativo, são eles: Cense de Campo Mourão, Cense Cascavel 1, Cense Cascavel 2, Cense Curitiba, Cense Fazenda Rio Grande, Cense foz do Iguaçu, Cense Joana Miguel Richa, Cense Laranjeiras do sul, Cense

Londrina 1 Cense Londrina 2, Cense Maringá, Cense Paranavaí, Cense Pato Branco, Cense Ponta Grossa, Cense Santo Antônio da Platina, Cense São Francisco, Cense São José dos Pinhais (em construção), Cense Toledo e Cense Umuarama.

Nesse contexto de socioeducação situa-se nosso objeto investigativo: a biblioteca; compreendida como uma das estratégias educativas para formação do cidadão privado de liberdade.

2. A biblioteca no contexto de socioeducação e as práticas de leitura

2.1 Dados da Brapci

A busca na Brapci possibilitou o levantamento de um conjunto de obras que tratam

⁶ Informações disponíveis no site do Paraná, Governo do Estado, Secretaria da Justiça, Trabalho e direitos Humanos: <<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=52>>

da temática em questão. Para o levantamento dos dados, utilizamos descritores de busca, e, dentre as que se aproximam do nosso objeto de estudo, a biblioteca e a leitura no contexto prisional e de socioeducação, destacamos seis obras que trazem contribuições para a análise.

O trabalho de Colares e Lindemann (2015) trata da *Implementação da Biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades*, e se constitui como resultado do projeto de Extensão intitulado Janela Literária: a biblioteca no contexto carcerário. Nesse trabalho as autoras avaliam os desafios e possibilidades da implantação de biblioteca dentro do sistema carcerário. Destacam que as dificuldades para atingir o objetivo do projeto é a burocracia que cerca as relações carcerárias; as teorias bibliotecárias do que é estabelecido como aplicação correta da boa técnica de ordenação e uso deste espaço; o tratamento deste tipo de usuário na literatura, nas pesquisas e nas práticas, aspectos que afetam o planejamento de bibliotecas, as formas de atendimento e às formas de interação entre o bibliotecário e os usuários em situação de encarceramento. As autoras concluem que, embora seja um desafio a implantação de biblioteca no cárcere, é possível levar esse sujeito à leitura e transformá-la em ferramenta dentro de formação no sistema carcerário.

Localizamos dois trabalhos que tratam da relação sobre a biblioterapia. Leandro Lopes Trindade (2009) em sua pesquisa *Biblioterapia e bibliotecas de estabelecimentos prisionais: conceitos, objetivos, atribuições*, aproxima em sua análise a biblioteca e a biblioterapia, indicando o uso da leitura como recurso terapêutico e a biblioteca com um papel social na reeducação do indivíduo preso. Destaca o papel do mediador da informação no ambiente carcerário e seu papel na biblioterapia. Argumenta o papel da leitura e da biblioteca como benefício para a informação, relevância para reinserção dos detentos na sociedade.

O trabalho de Maria Margarida Coelho Pereira Sebastião (2012), *Biblioterapia: a função terapêutica do livro no ambiente prisional*, parte da hipótese de que o livro exerce sobre as pessoas em geral e, de uma forma mais particular, sobre indivíduos em contexto de detenção institucional, uma função terapêutica. Entre outros aspectos analisados no trabalho, constata a existência de dois tipos de Biblioterapia, uma ligada à arte e outra entendida como ciência, identificando características que se aproximam e as que separam ou se distanciam. Ao longo do trabalho destaca as inter-relações biblioterapêuticas entre pacientes, bibliotecários e outros intervenientes no processo biblioterapêutico, tais como médicos e orientadores de leitura. A pesquisadora conclui que a prática de leitura de temas específicos, em qualquer campo de atuação e sob orientação de um profissional que conhece os destinatários, nesse caso os indivíduos presos, bem como aos materiais de leitura, podem efetivamente desencadear benefícios terapêuticos nos leitores presos.

Maria Luzineide da Costa Ribeiro (2012) no trabalho intitulado *O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do distrito federal*, investiga o perfil do leitor em situação de privação de liberdade, tomando por base a leitura de Antônio Cândido e a conceituação de mundo como prisão e vice-versa. Compreende o processo moderno de encarceramento, considerando o efeito da prisionização no comportamento do leitor inserido na sociedade marginal. Sua análise confirma a existência de comunidades leitoras no sistema prisional do Distrito Federal e evidenciam dificuldades próprias do ambiente carcerário para a apropriação da leitura. Sobre a produção de Graciliano Ramos, autor de *Memórias do Cárcere*, a pesquisadora considera na análise o ato da leitura como espaço de liberdade e elemento relativizador

do tempo e do espaço na sociedade encarcerada. O estudo aponta para a necessidade de políticas públicas de incentivo à leitura como mecanismo de auxílio no resgate da identidade do sujeito privado de liberdade e de sua reinserção social.

A produção de Robson Coelho Tinoco (2015) que analisa *Educação em presídios e leitura literária: uma nova articulação sociodialógica*, resulta de pesquisa de pós-doutoramento e seu objetivo foi discutir a aplicação de uma metodologia de leitura dialógica, com produção de resenha, a fim de remição de pena. Considera que a leitura escolar em ambiente prisional, não deve ser usada somente para veicular informações, pois precisa ocupar posição na recepção do texto, pelo leitor-presos, no contexto da prisão. Avalia que, mesmo em ambiente socioeducacional demarcado por leis, normas e regras é fundamental para esses sujeitos aprenderem a ler o implícito, relação possibilitada entre autor, texto, leitor.

A produção coletiva de Santa Anna (2015) Zanetti (2015) e Nascimento (2015) intitulada *Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social*, apresenta reflexões sobre a atuação do profissional bibliotecário, ao mediar a educação, a cultura e a consolidação da cidadania nas bibliotecas prisionais. O grupo desenvolve pesquisa bibliográfica e documental, discute o direito de acesso à informação básica para concretização da cidadania. O trabalho traz os marcos legais que asseguram o direito de cidadania e expõe dados sobre a realidade do sistema prisional brasileiro, tecendo críticas ao sistema, afirmando que este não atende aos dispositivos legais, no que se refere a biblioteca e a atuação de um bibliotecário. Aprende que, além de realizar atividades técnicas e tradicionais, o bibliotecário amplia seus fazeres ao atuar nesses ambientes, adquirindo competências em prol da inclusão social, atuando como agente de transformação social.

Como podemos observar, a partir dos dados levantados na Brapci, ainda que parcos, o conjunto de os autores colocam a questão da biblioteca e da leitura, nesse campo, como elemento que precisa ser melhor pesquisado na academia e efetivado enquanto política pública pelo Estado. Portanto, investigar esse contexto, carente de produção e de políticas, constitui-se como urgente e necessário, seja para o avanço do marco teórico e das práticas, como o marco legal e das políticas.

2.2 A biblioteca e a leitura em contexto da socioeducação

A biblioteca universitária, pública, particular, alternativa, itinerante, entre outras tantas, se constituiu ao longo da história como uma forma eficaz e expressiva de comunicação e interação dos sujeitos. Configura-se, também, como um campo de direito, espaço de cultura, da leitura e a pesquisa, de produção e reprodução de conhecimento. Logo, buscamos verificar se no sistema socioeducativo a biblioteca também ocupa esse papel (CAMPELO 2005, MILANESI, 1988).

De acordo com os estudos de Silva et al, (2003, p.49) “a leitura é uma prática importante, que deve ser buscada e cultivada por todos”. Contudo, o espaço de leitura necessita ser apropriado e adequado ao contexto em que se encontra inserido, conforme afirma Milanesi (1988, p. 87): “o espaço deveria ser estimulante e os serviços rápidos e adequados ao objetivo de quem os solicitou”. Nesse sentido, a Biblioteca precisa ser vista como parte identitária dos sujeitos.

Por isso, é preciso estabelecer um modelo de implementação próprio, diferenciado de outras instâncias bibliotecárias, já que a realidade à qual a biblioteca escolar está exposta é diferente da que podemos encontrar no desenvolvimento de uma biblioteca pública ou universitária (DURBAN ROCA, 2012, p.24).

Conforme explica Durban Roca (2012, p. 25), “[...] o que justifica a existência da biblioteca não é a biblioteca em si como estrutura organizacional”; mas sim sua capacidade de recurso facilitador dos processos de ensino aprendizagem e das práticas de leitura.

Quando abordamos a questão da biblioteca, precisamos compreender que a mesma existe para subsidiar acervo para um determinado grupo de usuários que integram um meio social; que possuem especificidades particulares e demandas diferentes.

Nessa perspectiva, salientamos que a biblioteca não é apenas um depósito de exemplares, mas um ambiente que guarda, além de conteúdos, a possibilidade de enriquecimento pessoal e intelectual de seus usuários, nesse caso em específico os menores infratores; que estão sob internamento de privação com o mundo exterior. Destacamos, ainda, o sentido de liberdade, interpretação e (des) construção de ideais que a prática de ler pode possibilitar ao sujeito, uma vez que a instituição colabore para essa prática, no sentido de incentivo e mediação entre o leitor e o uso frequente e produtivo da biblioteca; produtivo no sentido de difusão de ideias e confronto de ideologias. “Isso nos causa a dizer que muitas instituições de leitura não têm um interesse em permitir a circulação de uma pluralidade de sentidos e não toleram sentidos diferentes dos seus” (BASTOS e ROMÃO, 2010, p 3-4).

Nessa conjuntura, torna-se impossível pensar a biblioteca em ambientes socioeducativos desarticulada da leitura, bem como das concepções que a norteiam enquanto prática. Assim, vale retomar o que trazem os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa. Para esse documento, é preciso oferecer aos alunos inúmeras oportunidades para (re)aprender a ler. Isso quer dizer que é preciso que se desenvolvam projetos

que instiguem os sujeitos a fazer inferências a partir do contexto ou do conhecimento prévio que possuem. É preciso superar aquelas concepções que colocam a leitura atrelada ao decodificar e, simplesmente, converter letras em sons, deixando de lado a compreensão (BRASIL, 1997).

As Diretrizes Curriculares Estaduais de Língua Portuguesa (DCE), definem ler como “[...] familiarizar-se com diferentes textos produzidos nas diversas esferas sociais: jornalística, artística, judiciária, científica, didático-pedagógica, cotidiana, midiática, literária, publicitária, etc.” (PARANÁ, 2008, p. 71). No contexto discutido neste trabalho, a biblioteca no ambiente socioeducativo seria o espaço em que a familiarização com a leitura deveria ocorrer, considerando fatores sociais, ideológicos, políticos, entre outros, posto que a leitura é uma prática social e não uma atividade isolada do contexto do leitor.

Ao encontro do que postulam estes documentos, vale mencionar Jouve (2002) que considera a leitura como uma atividade complexa, plural e que se desenvolve em várias direções. A função social da leitura em ambiente socioeducativo é a de (des)construir verdades nos sujeitos. Assim, nesse contexto, tomamos a biblioteca como algo de extrema importância que “[...] em vez de afiançar valores dominantes pode, por meio da leitura, legitimar novos valores” (JOUVE, 2002, p. 125), fato este que contribui com a socioeducação de jovens infratores.

As leituras realizadas sobre o tema em questão apontam que as práticas de leitura (CAMPELLO, 2005; MAROTTO, 2009; SILVA, 2003), bem como os interesses pela leitura nesse contexto devem ser diversos e contraditórios; as práticas de leitura escolarizadas (CHARTIER, 2001) de ler devem estar presentes nessa forma de biblioteca; imaginamos ainda que, em contexto de socioeducação os jovens devem ter acesso à leitura, a qual pode possibilitar sonhos, imaginação,

informação e conhecimento, ainda que, nesse contexto de opressão (MILANESI, 1984).

Afirma Durban Roca (2012, p. 25) sobre o espaço da biblioteca “[...] esse contexto forma um lugar de encontro e relação pessoal dentro da comunidade com grande valor educacional”. Além das práticas educacionais de leitura e interpretação, podemos destacar as relações estabelecidas com o meio e com os próprios colegas do grupo.

Práticas de socialização sobre as leituras realizadas nas bibliotecas podem dar voz para aqueles que, de alguma maneira, foram/estão excluídos da sociedade. Essa é uma dentre tantas outras práticas educacionais que contribuem para o processo de humanização do sujeito, contudo para que passem a existir resultados nessas bibliotecas, são necessárias articulações e projetos que pensem nas especificidades e particularidades do público alvo, visto que, o potencial das bibliotecas em geral, depende da maneira como será utilizada e de sua organização interna, das quais mencionamos as dimensões física e educacional.

Considerações finais

O trabalho investigativo permite considerar que a pesquisa nesse contexto ainda é insipiente, logo, justifica o trabalho desenvolvido. Consideramos que a produção bibliográfica limitada, não possibilitou análises mais amplas, mas oferece dados significativos para a sequência da pesquisa.

Quanto à análise documental consideramos que o Paraná tem um documento específico para socioeducação, mas as políticas ali propostas ainda não estão sendo implementadas como um todo, aspecto que a pesquisa bibliográfica permite considerar. O documento demonstra aspectos fragmentados sobre as políticas e os princípios

do ambiente da socioeducação e não explicita algo específico, direcionado as bibliotecas desses centros, tampouco, sobre as práticas de leitura nesse ambiente.

A pesquisa revela a necessidade de estudos específicos e aprofundados sobre essa temática, pois a biblioteca e a leitura, como salientamos, possui grande potencial na formação do sujeito em contexto prisional e/ou socioeducativo. Há que se pensar em políticas e projetos destinados aos menores infratores, que visem o incentivo e as práticas de leitura, como destacam as obras analisadas.

Acreditamos que o contato com o ambiente da biblioteca e com as leituras, pode influenciar o comportamento do leitor, modificando suas atitudes e tornando-o crítico e ativo diante da sociedade. A leitura produz sentidos e contribui para que o leitor se coloque como sujeito conscientizado, fator essencial para sua (re) socialização em sociedade. Assim, práticas e pesquisas que envolvam a biblioteca e a leitura na Socioeducação podem contribuir para que a função social desse espaço realmente se efetive.

Referências

- BASTOS, G. G; ROMÃO, L. M. DE S. **Sentidos de leitura em bibliotecas nomeadas alternativas**. *Biblionline*, João Pessoa, v.6, n. 1, p. 1-9, 2010.
- BOGDAN, R., BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília, 1997.

_____. **Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo:** Diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

CAMPELLO, B. S. (et al). **A biblioteca escolar:** temas para uma prática pedagógica. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CHARTIER, R. (Org.). **Práticas de leitura.** 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

COLARES, L. B.; LINDEMANN, C. R. Implantação da biblioteca no cárcere: desafios e possibilidades. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.25, n.3, p. 205-215, set./dez. 2015.

COSTA, A. C. G. **Parâmetros para a formação do socioeducador:** uma proposta inicial para debate e reflexão. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2006.

_____. **Aventura Pedagógica:** Caminhos e Descaminhos de uma Ação Educativa – Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.

_____. **As Bases Éticas da Ação Sócio-educativa.** Manuscrito impresso – Belo Horizonte: abril/2004.

_____. **Protagonismo Juvenil:** adolescência, educação e participação democrática – Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

DURBAN ROCA, G. **Biblioteca escolar hoje:** recurso estratégico para a escola. Porto Alegre: Penso, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

HINTZE, G. **A evolução da legislação voltada à criança e ao adolescente no Brasil,** 2007. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/3192916-Evolucao-da-legislacao-voltada-a-crianca-e-ao-adolescente-no-brasil.html>> acesso em 18, março 2016.

JESUS, Maurício Neves. **Adolescente em Conflito com a Lei: prevenção e proteção integral.** Campinas: Sevanda, 2006.

JOUVE, Vicent. **A leitura / Vicent Jouve;** tradução Brigitte Hervor. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

LIBERATI, W. D. **Adolescente e Ato Infracional – medida sócioeducativa e pena?** São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MAROTO, L. H. **Biblioteca escolar, eis a questão:** do espaço do castigo ao centro do fazer educativo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MILANESI, L. **O que é biblioteca.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **O que é biblioteca.** São Paulo: Editora Brasiliense. 5ª edição, 1988.

PARANÁ: **Secretaria da Justiça, Trabalho e Direitos Humanos.** Disponível em:<<http://www.justica.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=52>>. Acesso em: 11 Junho 2016.

PARANÁ, SEED. **Diretrizes Curriculares da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná (DCE).** Língua Portuguesa. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação, 2008.

_____. **Práticas de socioeducação** / Thelma Alves de Oliveira [et. al.]; Deborah Toledo Martins, Roberto Bassan Peixoto (orgs.). - 2. ed. Curitiba : Secretaria de Estado da Criança e da Juventude, 2010.

QUARENGUI, Maria. **A Pedagogia de Makarenko**. Mimeografado, Curitiba, 1992.

RIBEIRO, M. L. P. da C. **O mundo como prisão e a prisão no mundo**: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do distrito federal. 2012. 160f. Dissertação (Mestrado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SANTA ANNA, J.; ZANETTI, E.M. de S.; NASCIMENTO, L. A. de L. Bibliotecas prisionais e a construção da cidadania: um estudo teórico das práticas bibliotecárias em favor da inclusão social. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 67-85, jan./abr., 2015. Anais do 32º Painel Biblioteconomia em Santa Catarina – Lages/SC.

SEBASTIÃO, M. M. C. P. **Biblioterapia**: a função terapêutica do livro no ambiente prisional. Dissertação (Mestrado em Ciências Documentais), Universidade Lusófana de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2012.

SILVA, S. C. Socioeducação e juventude: reflexão sobre a educação de adolescentes e jovens para a vida em liberdade. **Serviço Social em Revista**, v.14, n.º.2, p. 96-118, 2012.

SILVA, E. T. da. **Conferências sobre leitura**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003a.

SOUZA, Renata J. de. **Biblioteca escolar e**

práticas educativas. Campinas SP: Mercado de Letras, 2009.

TINOCO, R.C. **Educação em presídios e leitura literária**: uma nova articulação sociodialógica. Universidade de Brasília – UnB. Contexto. Vitória, n. 27, 2015/1.

TOURAINÉ, Alain. **A Pedagogia de Freinet**. Mimeografado. Curitiba, 1992.

TRINDADE, L. L. **Biblioterapia e bibliotecas de estabelecimentos prisionais**: conceitos, objetivos, atribuições. Monografia, Departamento de Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

Artigo enviado em: 09/02/2017

Aceite em: 13/03/2017